

Educação fundamental terá R\$ 847,4 milhões

O Congresso autorizou emissão de títulos do Tesouro Nacional destinados à compensação de estados pelas perdas que tiveram com a implantação do fundo de desenvolvimento do ensino básico

Além de autorizar a abertura de crédito para implantação do fundo de educação básica, o plenário do Congresso aprovou cinco medidas provisórias



O Congresso Nacional autorizou ontem o governo a emitir R\$ 847,4 milhões em títulos do Tesouro Nacional. Os recursos serão destinados a compensar estados por perdas que tiveram com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Na mesma sessão, foram aprovadas cinco medidas provisórias. Entre elas, a MP nº 1.660, que cria a Gratificação de

Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia. O resultado tornou-se possível após acordo de lideranças que garantiu a votação, na semana passada, das demais medidas que não poderiam ser reeditadas após a promulgação da reforma administrativa. Outra MP aprovada foi a de nº 1.593, que isenta de impostos a aquisição, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de bens de informática para as eleições de outubro. **Página 3**

Porto prevê 100 mil com dengue em BH

O senador Arlindo Porto acusou ontem o governo de agir com "desrespeito à saúde dos brasileiros", ao retardar a reação à expansão da dengue. Segundo previsão feita ontem por ele em plenário, 100 mil pessoas poderão ser atingidas pela doença na região metropolitana de Belo Horizonte. **Página 6**



Prioridade para emprego e seca

O projeto de estímulo ao primeiro emprego, aprovado na quarta-feira, está entre as 14 matérias apreciadas nesta semana pelo plenário (foto). Em regime de urgência, foi autorizado também empréstimo de US\$ 198 milhões, junto ao Banco Mundial, para financiar obras de combate à seca. **Página 8**

Missa recorda Luís Eduardo

Foi celebrada ontem, no Salão Negro do Congresso, missa em memória do deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido há 30 dias. **Página 2**



Senadores e deputados participaram da homenagem a Luís Eduardo

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (25.05.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (26.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal (inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia); segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório; "Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária e contratual do estado, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo de Mato Grosso, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"; "Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza Mato Grosso a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 286.869.52,00"; "Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o estado de Mato Grosso e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A - Bemart, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"; e "Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 107.824.192,68

Quarta-feira (27.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal (inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia); terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC 32/96, que dispõe sobre serviço civil obrigatório; "PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial"; "Mensagem nº 121/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Stélio Marcos Amarante para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Bolívia"; "Mensagem nº 128/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Senegal"; e "Mensagem nº 131/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Quênia

Quinta-feira (28.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o Brasil e o governo da República Popular de Angola"; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo"; "PDL nº 16/98, que aprova o texto

modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; e "Requerimento nº 276/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando que o Projeto de Resolução nº 161/97, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno

COMISSÕES

Terça-feira (26.05.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "OFS nº 32/98, solicitação do governo de Minas Gerais referente ao contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 11.827.540.208,92"; "MSF nº 153/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Mércio Feisky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça"; "MSF nº 155/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Marcelo Procópio Calliani para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça"; e "MSF nº 158/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Gesner José de Oliveira para exercer o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Pauta: Receber, em reunião conjunta, a Delegação da Comissão de Orçamento, Finanças, Bancos e Tributação da Duma da Rússia. Plenário nº 2 - Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (27.05.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país"; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal"; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring"; "PLS nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos"; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública"; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas"; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Terça-feira (26.05.98)

18h30 - Mostra de Filmes Brasileiros em Curta-Metragem

Filme: *Depois do Escuro*, de Dirceu Lustosa. Auditório Patrônio Portella

Quarta-feira (27.05.98)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Velho*, de Toni Venturi. Auditório Patrônio Portella



Vários parlamentares levaram sua solidariedade a Antonio Carlos

Missa no Salão Negro lembra Luís Eduardo

Com a presença do presidente da República em exercício, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi celebrada na manhã de ontem missa no Salão Negro do Congresso, em memória do seu filho, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães, falecido 30 dias atrás. Quase 250 pessoas, entre senadores e deputados, ministros de Estado e altos funcionários do governo, amigos, empresários e servidores das duas Casas do Congresso Nacional participaram do ato, oficiado pelo pároco da Igreja Dom Bosco, padre Rui Andrade Meireles. A mis-

sa foi celebrada a pedido da Mesa da Câmara.

Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado, ocupando interinamente a presidência da Casa, criou um sistema de revezamento no plenário, durante a sessão da manhã, para que os senadores pudessem participar do ato religioso, sem prejudicar o desenvolvimento das atividades parlamentares. Melo marcou presença na missa ao lado do deputado Heráclito Fortes, presidente em exercício da Câmara.

Senadores fazem homenagem

A memória do deputado Luís Eduardo Magalhães foi reverenciada ontem em plenário pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que destacou a amizade pessoal que mantinha com o político baiano, lamentando a sua morte precoce. Segundo o senador, o Congresso era o lugar adequado para a luta democrática de Luís Eduardo, "que vivia a política numa peregrinação constante".

— Era um jovem de raras virtudes cívicas e de aprimorado espírito público. Leal nas atitudes, cor-

reto e elegante no trato — disse Carlos Wilson, destacando a relação de ternura existente entre Luís Eduardo e o seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães.

Em apertes, manifestaram-se os senadores Joel de Hollanda (PFL-PE), Benedita da Silva (PT-RJ), Elcio Alvares (PFL-ES), Romeu Turma (PFL-SP), Francelino Perceira (PFL-MG), Pedro Piva (PSDB-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Djalma Bessa (PFL-BA), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

O Executivo poderá emitir R\$ 847 milhões em títulos do Tesouro Nacional para compensar os estados que tiveram perdas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Congresso autoriza recursos para educação

O Executivo foi autorizado pelo Congresso, em sessão realizada na manhã de ontem, a emitir R\$ 847.495.130,00 em títulos do Tesouro Nacional para atender a despesas decorrentes da criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Conforme o relator do projeto, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), o Fundef implicou a redistribuição de cerca de R\$ 1 bilhão em recursos dos estados para seus municípios, segundo o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental regular. Dado que essa redistribuição resultou em perdas para

muitos estados, o governo instituiu um programa de crédito federal que operará entre os exercícios de 1998 e 2009, acrescentou.

Entre 1998 e 2000, a União emprestará aos estados 80% dos valores por eles transferidos a seus municípios e, entre 2002 e 2009, os empréstimos deverão ser amortizados, após um ano de carência.

Como a MP nº 1.643, de 17 de março de 1998, também autorizou dotações orçamentárias



Presidida pelo deputado Heráclito Fortes, a sessão do Congresso foi realizada na manhã de ontem

para a concessão de financiamentos a estados e municípios, o PT votou contra a emissão de títulos do Tesouro. O deputado João Fassarela (PT-MG) ressaltou que o projeto hoje aprovado afirma a existência de perdas por

parte dos estados que, a seu ver, não estão devidamente explicadas. Na sua opinião, elas não poderiam ser vistas como perdas, dado que aparecem nos estados "que têm menos alunos no ensino fundamental". Além disso, o

deputado afirmou que o projeto "não dá segurança de que os recursos serão de fato destinados ao ensino fundamental", pois refere-se apenas a "ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.429/96", que regulamentou o Fundef.

Para o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), as perdas resultam do fato de que, anteriormente, estados e municípios não estariam aplicando os recursos estabelecidos para o ensino fundamental. Com os empréstimos aprovados, "a União concederá financiamentos favorecidos para efetivamente valorizar o magistério do ensino fundamental", explicou.

Acordo permite votação de cinco medidas provisórias

O Congresso aprovou ontem a Medida Provisória 1.593, isentando de IPI e de Imposto de Importação partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de outubro. O plenário acompanhou o parecer do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC).



Nabor relatou MP sobre compras do TSE

Houve consenso, na sessão, para a aprovação de cinco MPs e um projeto de resolução. A MP 1.460, autorizando a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante em

favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, teve parecer favorável do relator, senador Leonel Paiva (PFL-DF).

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) relatou outras duas MPs aprovadas. A primei-

ra, nº 1.653, concede ao Sistema Nacional de Defesa Civil R\$ 2,5 milhões para o estado de Roraima, recentemente atingido por um incêndio de grandes pro-

porções. A segunda – MP 1.645 – abre crédito extraordinário de R\$ 4,4 milhões para custear um sistema de defesa contra secas e inundações em São Paulo, Rio

de Janeiro e Roraima. Também foi aprovado o projeto de resolução que ratifica a criação do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa.

Arruda elogia clima de entendimento

Ao ressaltar o entendimento entre governo e oposição, que possibilitou a aprovação de 15 medidas provisórias em apenas duas sessões do Congresso, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que isso somente foi possível porque prevaleceu o bom senso.

– As duas partes cederam e, em consequência dessa maturi-

dade, chegamos a um acordo que resultou nos votos necessários à aprovação de dez MPs numa sessão e mais cinco MPs em outra. O Congresso enriquece sua atuação quando cumpre seu dever, que é votar, e a opinião pública reconhece o trabalho bem feito – destacou.

Arruda disse ainda que, como líder do governo no Congresso,

estará sempre tentando o diálogo com os partidos de oposição. Ele espera que esse entendimento, alcançado graças ao trabalho incessante das lideranças dos partidos da base e os de oposição, possa se repetir muitas vezes. "O Congresso Nacional afirma sua convicção quando cria um clima de entendimento", disse.

Aprovada gratificação para área de ciência e tecnologia

Acordo definido na semana passada possibilitou a aprovação ontem, pelo Congresso, da Medida Provisória nº 1.660, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, destinada aos ocupantes de cargos efetivos de nível intermediário da carreira de gestão, planejamento e infra-estrutura em ciência e tecnologia. No dia 19, o Senado aprovou projeto de lei criando a mesma gratificação para os servidores de nível superior, que deverá ser sancionada pelo presidente da República interino,

senador Antonio Carlos Magalhães.

Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que emitiu, em plenário, parecer favorável à aprovação, a MP resultou de amplo acordo entre governo e oposição. Esse entendimento, registrou o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, foi plenamente honrado por Antonio Carlos Magalhães. No mesmo sentido, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) elogiou o presidente do Senado e o líder do governo no Con-

gresso pela viabilização do acordo. O deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ), por sua vez, apelou às lideranças do governo para que o Ministério da Administra-

ção e Reforma do Estado (Mare) cumpra sua parte no acordo. Conforme disse, o ministério estaria "criando confusão para emitir folha suplementar de pagamento". Ele também salientou a importância do acordo, em que estiverem envolvidas 22 instituições de pesquisa do país.



Tuma deu parecer favorável

Gasoduto Bolívia/Brasil terá R\$ 847,3 milhões

As empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia/Brasil e Petrobras Fertilizantes, vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, receberão crédito especial de R\$ 847,3 milhões, a ser alocado no Orçamento de Investimentos da

União, conforme projeto de lei aprovado ontem pelo Congresso Nacional. Os recursos destinam-se à construção do Gasoduto Bolívia/Brasil, de 2.846 quilômetros, e de terminais e dutos de petróleo e derivados.

Senadora do PT do Rio diz que PM do Distrito Federal demonstrou despreparo ao reprimir ato em frente ao Congresso

Benedita critica ação da polícia em manifestação

Em discurso no plenário ontem, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) protestou pela maneira "agressiva e radical" como a PM de Brasília reagiu à manifestação da Jornada de Luta por Emprego e Direitos Sociais, ocorrida quarta-feira, em frente ao gramado do Congresso Nacional. Ela concorda que existiam pessoas "infiltradas" entre os milhares de participantes da mobilização, "mas se houve uma provocação, caberia às autoridades, naquele momento, evitar que houvesse um conflito maior".

O trabalhador brasileiro não precisa de polícia, mas de emprego. A autoridade policial mostrou não estar preparada para esses momentos. Os fatos desta quarta-feira revelaram que ela está preparada para reprimir e não para dar segurança ao povo - criticou.

De acordo com Benedita, é um absurdo alguém supor que uma multidão desarmada, que gastou tempo e dinheiro para realizar aquela manifestação, pretendia um confronto com a PM, como acabou ocorrendo.



Benedita diz que PM "exagerou"

Segundo a senadora petista, o objetivo do "Grito dos Desempregados" era promover uma marcha pacífica até o Palácio do Planalto, e lá entregar ao presidente em exercício, Antonio Carlos Magalhães, um dossiê completo sobre a situação de desemprego no país.

A senadora afirmou que estava no Senado quando ouviu o barulho das bombas. "Pensei que fossem trovões, mas ao chegar na praça, verifiquei que a polícia estava exagerando", relatou.

Benedita garantiu que viu alguns senadores e deputados serem empurrados pelos policiais, que "bateram muito nos

manifestantes e, inclusive, nos jornalistas que faziam a cobertura da mobilização".

Ela se disse convencida de que as autoridades policiais temem a população organizada. Por isso, a senadora fez um apelo para que a PM mude seu método de atuação. Primeiro, deve ser garantida segurança para as manifestações e depois a polícia deve aprender a dialogar com a população civil organizada, observou.

Para a senadora, a questão básica que está por trás desses episódios é a falta de oferta de trabalho para a população. "Este país não pode continuar a conviver com o desemprego. Tem de haver outras alternativas, senão vamos praticar um verdadeiro genocídio porque teremos trabalhadores morrendo de fome por falta de emprego", advertiu.

Benedita da Silva também estendeu suas críticas à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal em dois outros episódios ocorridos nesta semana, O "Grito da Terra" e o "Grito dos Municípios". Em ambos, a senadora lamentou o "exagero do aparato policial".

Leonel Paiva afirma que PM atuou com profissionalismo

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou ontem que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) comportou-se "de forma altaneira, profissional, equidistante das posições político-ideológicas e das provocações" durante manifestação popular realizada na última quarta-feira no gramado em frente ao Congresso Nacional.

Leonel registrou o transcurso dos 189 anos da criação da PMDF, originária da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia e fundada no dia 13 de maio de 1809 com a missão de "guardar e vigiar a ci-

dade do Rio de Janeiro".

Segundo o senador, desde a sua criação a PMDF vem desempenhando papel ativo e decidido, isolada ou auxiliando o Exército em episódios históricos "da mais alta relevância e do porte de nossas insurreições civis e sublevações da lei e da ordem".

Leonel Paiva acrescentou que, em Brasília, a Polícia Militar participa de todos os grandes eventos, protegendo a vida do cidadão e o patrimônio público e privado. O senador parabenizou o comandante-geral, coronel Aníbal Person Neto, e toda a corporação.



Leonel: defesa "da lei e da ordem"

Suplicy cobra sanção de projeto de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao plenário que enviou carta ao prefeito Celso Pitta, de São Paulo, expondo a necessidade de ele sancionar logo a lei municipal, de autoria do vereador Arselino Tatto (PT-SP), que institui o Programa de Renda Mínima Municipal.

Suplicy entende que, se o prefeito tomar a decisão, já anunciada, de impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei, vai prejudicar as famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos e com filhos de até 14 anos matriculados em escolas ou creches públicas.

Em defesa do programa de renda mínima, Suplicy faz, em sua carta, um histórico e



Suplicy enviou carta a Celso Pitta

alinha pareceres favoráveis à matéria. Segundo ele, os projetos de renda mínima ou de bolsa-escola foram apresentados em 16 estados e 98 municípios e há, atualmente, 34 projetos em execução, inclusive em estados e prefeituras cujos governantes são do PPB, partido do prefeito Celso Pitta.

Amorim acusa governo de RO por desvio de verbas

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) denunciou o "mau uso de verbas públicas" pelo governo de Rondônia e criticou o governo federal pelo repasse de R\$ 4,06 milhões para a área de saúde do estado, dentro do programa Brasil em Ação. O parlamentar fez um apelo ao



Amorim recorreu à Justiça

governo federal no sentido de que "abra os olhos para não premiar a ineficiência de um governo em favor do qual nem seus aliados nesta Casa nem na Câmara dos Deputados têm-se posicionado".

De acordo com Amorim, a situação da saúde em Rondônia atingiu proporções tão alarmantes que o Conselho Regional de Medicina "teve que intervir em várias unidades de atendimento à população, por absoluta falta de higiene, falta de material de limpeza, álcool, esparadrapos e gases". O conselho recorreu à Justiça, ainda, para fechar o banco de sangue estadual e o Centro de Medicina Tropical, "em uma tentativa de evitar maiores danos à população de

nosso estado".

O parlamentar lamenta a lentidão do Judiciário na apreciação das ações judiciais que tem promovido, "na tentativa de livrar o estado de situações como esta", bem como critica o andamento de "iniciativas puramente políticas, que não deveriam ser permitidas pela Justiça, atacando a um dos mais dignos e competentes políticos de nosso país, que é o doutor Paulo Maluf".

Amorim disse ter convicção de que, nas próximas eleições, "o povo paulista dará uma resposta aos caluniadores, que temem enfrentar Paulo Maluf nas urnas". O senador disse contar com a eleição de Maluf para governador de São Paulo e, mais adiante, para a Presidência da República.

O senador criticou ainda a recente decisão do Senado que acolheu negociação desenvolvida entre a União e o governo estadual, para regularizar a situação do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

Segundo senador, especialistas da Organização Mundial da Saúde atestam os esforços feitos pelo governo e reconhecem que o Brasil tem um dos melhores sistemas de controle da doença na América Latina

Campos rebate críticas às estatísticas de Aids

O senador Júlio Campos (PFL-MT) rebateu críticas da comunidade científica internacional ao critério utilizado pelas estatísticas brasileiras sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST), em especial a Aids. Ele não concorda com a tese de que a contagem de casos feita apenas quando o doente chega ao sistema de saúde gere distorções, uma vez que alguns portadores do HIV podem demorar até 10 anos para manifestar sintomas da doença.

Para Campos, o simpósio da MAP (uma rede mundial de cientistas que estuda o avanço da Aids no mundo) realizado no Rio de Janeiro, em novembro passado, quando essas críticas foram apresentadas por seu coordenador, Daniel Tarantola, representou uma atitude isolada. "Especialistas em Aids, que trabalham junto à Organização Mundial de Saúde, me asseguraram que o Brasil possui um dos melhores sistemas de informação sobre incidência de Aids entre todos os países da América Latina", enfatizou.

Ele reconheceu ser o Brasil o país mais atingido pela Aids na região. "Houve um crescimento significativo e preocupante da doença entre a população heterossexual, feminina e juvenil e hoje já não se pode falar que ela atinge grupos marginais ou minoritários da nossa sociedade. Por outro lado, é o único país do mundo a garantir aos doentes da Aids o acesso gratuito aos medicamentos onerosos usados no tratamento da doença, que atingem R\$ 10 mil anuais, por paciente", argumentou Campos.

O senador ressaltou que o controle da Aids é uma das prioridades do Ministério da Saúde, que vem dando suporte financeiro às ações empreendidas em vários estados e municípios da Federação. "Neste ano de 1998, a vigilância do HIV por 'Rede Sentinela Nacional' deverá monitorar a ocorrência da infecção pelo HIV em 150 serviços de saúde selecionados no Brasil inteiro. A metodologia consiste em realizar testes laboratoriais de HIV em amostras de soro colhidas na rotina de serviços".



Campos: avanço no controle de DST

— Os resultados desses estudos serão complementados com os dados obtidos por notificação expressa dos casos de Aids e pelos serviços de testagem anônima para o HIV. O processo permitirá uma visão mais acurada da infecção pelo HIV e da ocorrência de Aids no país — observou.

Júlio Campos afirmou que, com a descentralização dos serviços públicos de saúde, o controle dos casos de Aids no país — realizado por meio da distribuição de "sítios-sentinela" nos estados e municípios — tomarão as estatísticas brasileiras mais seguras, "permitindo um combate eficaz a esse flagelo de fim de milênio".

Alcântara cobra apoio à agricultura do Nordeste

"Será que se descobriu a fórmula mágica para se alcançar o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Nordeste brasileiro?"

Com essa pergunta, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) questionou o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última semana de setembro do ano passado.

— Historicamente, as falhas existentes em todas as tentativas de solucionar o problema crônico da miséria da região decorreram da falta de ação conjunta e coordenada entre os setores público e privado com o objetivo comum de reduzir a concentração de renda, gerar empregos e tornar a agricultura um negócio rentável — lembrou ele.

Lúcio Alcântara disse que, de acordo com o documento que trata do programa, diferentemente de outras regiões semi-áridas do mundo, o Nordeste brasileiro possui o único clima semi-árido tropical do planeta. A irrigação associada a altas temperaturas, luminosidade e baixa umidade relativa do ar constituem as condições favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura irrigada.

Ele salientou que, segundo estimativas do programa, o rio São Francisco possui potencial imediato para irrigar 600 mil hectares sem necessidade de grandes obras de infra-estrutura hidráulica. O rio Paraíba e seus afluentes podem disponibilizar cerca de 200 mil hectares de área irrigável. Outras áreas, ainda de acordo com o programa, permitirão irrigar cerca de 100 mil hectares, totalizando 1 milhão de hectares o potencial irrigável do Nordeste.

— O programa tem como estratégia central induzir o setor privado a investir, ficando o governo condicionado a prestar o necessário apoio, que sempre faltou no passado, tal como ações de defesa fitossanitária, organização da cadeia agroindustrial dos

principais produtos frutícolas e hortícolas, fortalecimento de agricultura familiar, política de crédito e monitoramento ambiental — explicou o senador.



Alcântara: necessidade de irrigação

Senador condena projeto da nova lei de imprensa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o momento é oportuno para repensar o projeto de lei de imprensa que tramita no Legislativo. Em sua opinião, o texto "propõe punição draconiana aos meios de comunicação que divulgarem notícia que não condiga com a verdade". E ele acha isso arriscado.

— Por medo, a imprensa pode se calar. O preço da autocensura será alto. Pagar-se-á com a moeda mais cara a todos nós, a democracia. Mutilada, ela cada vez mais se retrairá, para gáudio da ditadura, eternamente de plantão neste país — afirmou o parlamentar.

Ele parabenizou os profissionais da imprensa brasileira pelo denodo com que defendem os valores democráticos, referindo-se especialmente aos que cobrem as atividades do Legislativo. Conforme Alcântara, é com informação segura e correta das atividades da Câmara e do Senado que a população toma conhecimento do trabalho do parlamentar por ela eleito. É uma oportunidade também, na opinião dele, de a população decidir se o reencaminha ou não ao Parlamento.

Odacir protesta contra falta de solução para crise universitária

O senador Odacir Soares (PTB-RO) criticou a "inércia" do governo federal em relação à greve dos professores universitários. "Para o bem do país, não há lugar para a prática do descaço, do deixar o tempo correr, permitindo que se desmoronem instituições relevantes como as universidades públicas. Se são necessárias mudanças, que o governo tome as iniciativas, com coragem", enfatizou.

Para Odacir, em qualquer país preocupado com sua juventude que cursa o ensino superior, três semanas de paralisação caracterizariam uma calamidade nacional. "Entre nós, o governo dá-se ao luxo de deixar o tempo passar, quando muito fazendo observações desinteressadas em relação aos percentuais de adesão à greve em cada universidade. Somente na terceira semana de greve, agendou uma reunião com os professores para debater suas reivindicações."



Odacir condena "inércia" do governo

Todos reconhecem as dificuldades do governo para conceder os 48,65% de aumento que eles reivindicam, argumentou Odacir. "Segundo o Ministério da Educação, o montante dos gastos com pessoal ativo e inativo, decorrente desse aumento, seria inadmissível no âmbito dos recursos disponíveis no orçamento. Por outro lado, não é possível negar apoio aos professores, que estão, há três anos, sem receber reajustes em seus já baixos vencimentos".

O senador lembrou que Maquiavel, em seu livro *O Príncipe*, ensina que o governo, quando precisa tomar atitudes dolorosas, deve fazê-lo de uma só vez e rapidamente. Assim concentra o descontentamento da população atingida e poderá aos poucos, com boas ações, fazê-la esquecer. "No Brasil, o Estado vem praticando uma estratégia oposta: deixa o problema evoluir, o tempo correr, a questão morrer à míngua, ao invés de tomar uma ação tempestiva de reordenamento do problema", acrescentou.

— É inadmissível que nossas universidades se encontrem em situação lastimosa, exatamente quando são cada vez mais urgentes as exigências no campo da qualificação da mão-de-obra, da pesquisa e do domínio das novas tecnologias. O mais grave é que falta um projeto da universidade para o Brasil, e o Brasil não tem objetivos para suas universidades públicas — afirmou Odacir.

Pode chegar a 100 mil o número de casos na região metropolitana da capital mineira, previu ontem o senador; após criticar o que chamou de "reação tardia" do governo contra a doença

Porto aponta surto de dengue em BH

Até o dia 15 deste mês, num período de 19 semanas de surto, as autoridades sanitárias registraram 74.276 casos de dengue e 7.394 suspeitas da doença na região metropolitana de Belo Horizonte. A previsão é de que, em breve, a capital mineira venha a ter um total de 100 mil pessoas atingidas pela dengue clássica e hemorrágica. Os dados foram levados ontem, ao plenário, pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), que criticou o que chamou de "reação tardia" do governo, "desperdiço de recursos públicos" e "desrespeito à saúde e ao bem-estar dos brasileiros".

O senador disse que, apesar de prevista a epidemia da dengue, somente em meados do ano passado foi divulgado o Plano Nacional de Erradicação do *Aedes aegypti*, para o qual foram prometidos R\$ 28 milhões, a serem aplicados ou repassados pela Fundação Nacional de Saúde (FNS).

Além de insuficientes, disse



Porto lamentou "desrespeito" à saúde dos brasileiros

o senador, esses recursos não foram totalmente liberados nem aplicados de acordo com o cronograma estabelecido, o que agravou o problema. Por esse motivo, frustrou-se a expectativa da FNS de controlar a epidemia até dezembro do ano passado, como planejado.

Arlindo Porto observou que não há tempo hábil para a aplicação dos R\$ 4 bilhões do Orçamento destinados a resolver o problema, já que esses recursos ainda dependem da burocracia de praxe para liberação, que

inclui definições, licitações e outros procedimentos demorados e "extremamente onerosos".

Em apertados, os senadores Francilino Pereira (PFL-MG) e Júnia Marise (PDT-MG) solidarizaram-se com Arlindo Porto, prometendo uma ação conjunta da bancada de Minas no sentido de sensibilizar as autoridades para que seja intensificado o combate à doença. Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e Lúdio Coelho (PSDB-MS)

também pediram uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipais para combater a doença.

— Precisamos, todos nós, apoiar o Ministério da Saúde para que ele agilize o planejamento das ações e efetue o repasse dos recursos necessários. Faça um apelo à sensibilidade e racionalidade do ministro José Serra, por estar Minas Gerais em uma posição geograficamente estratégica para o sucesso do combate à dengue — disse Arlindo Porto.

Os senadores lamentaram que, no final do século XX, com todo o avanço tecnológico, o Brasil ainda esteja enfrentando epidemia de dengue, doença que deveria estar totalmente erradicada desde a década de 40. Arlindo Porto disse ainda que, além da dengue, o país enfrenta doenças como a tuberculose, a malária, a febre amarela e a hanseníase, que poderiam ser evitadas mas estão se alastrando porque não há procedimentos preventivos.



Lauro: contra aumento da dívida

Marinha terá verba para se modernizar

O governo federal recebeu ontem autorização do Senado para contrair empréstimo de US\$ 51,3 milhões junto ao banco alemão Peene Werft GmbH. O dinheiro será usado para adquirir bens e serviços destinados ao Programa de Reparelhamento da Marinha.

Outro empréstimo, de US\$ 7 milhões, junto ao Banque Nationale de Paris, será tomado pelo governo federal para o financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites. Manifestando-se contrário à autorização das duas operações de crédito à União, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que sempre votará contra os projetos que impliquem aumento da dívida externa brasileira.

O Senado autorizou também o estado do Amazonas a contratar, com o aval da União, junto à Caixa Econômica Federal, empréstimo de R\$ 120 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Durante a sessão, foram aprovados ainda projetos de resolução apresentados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), autorizando a rolagem de dívidas dos estados do Amazonas e do Espírito Santo, nos valores de R\$ 120 milhões e R\$ 429,8 milhões, respectivamente. Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Gilberto Miranda (PFL-AM) lembraram que o estado tem finanças entre as mais equilibradas do país.

O plenário do Senado iniciou ontem as discussões, em segundo turno, das propostas de emenda à Constituição que tratam do direito à moradia e do serviço civil obrigatório. Nesta fase, as duas proposições só podem receber emendas que não alterem o mérito das matérias.

Arruda comemora os vinte anos de regulamentação da profissão de artista

Há 20 anos, o então ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, assinava a lei que regulamentou a profissão de artista. A data foi lembrada ontem em plenário pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que destacou a importância da ação de Prieto na edição da lei.

— Com aquele ato, o ministro mudou o mapa cultural e de expressão artística nacional. Essa pode ter sido a lei que iniciou o processo de abertura política do país — afirmou Arruda, no que foi acompanhado em apertados por diversos senadores presentes à sessão.

Arruda ressaltou que há duas décadas o país vivia momentos difíceis e que, mesmo assim, Prieto conseguiu negociar o projeto no Congresso Nacional. "Numa época em que peças e mú-

sicas eram proibidas, ele teve a visão e a competência para nos dar essa lei", disse Pedro Simon (PMDB-RS).

Segundo Arruda, antes do reconhecimento, a profissão era, em muitos casos, confundida com atividades não respeitadas. "Chamar uma mulher de artista era até pejorativo", comentou Simon. Para ele, graças à iniciativa do ex-ministro, que estava presente à sessão de ontem, existe agora essa liberdade total em que até do presidente da República são feitas charges.

Outros momentos e personalidades que marcaram a história cultural do país foram lembrados pelos senadores. Arruda narrou conversa que teve com a atriz Fernanda Montenegro. Ela teria afirmado ao senador que há que se reconhecer que esses últimos 20 anos foram extremamente



Arruda elogiou atuação de Prieto férteis para a cultura nacional.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou o trabalho do próprio Arruda e do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que possibilitou a aprovação da Lei de Direitos Autorais. Tuma, que foi o relator da proposta no Senado, acredita que a regulamentação dos direitos autorais consolidou o que foi feito por Prieto, garantindo a independência dos artistas e asseg-

urando um equilíbrio entre os que "exploram comercialmente a arte e os que produzem alegria para o povo".

Arruda listou a Lei Sarney, a Lei Rouanet e a Lei de Incentivo à Cultura como iniciativas fundamentais para o desenvolvimento artístico do país. O ex-presidente da Embrafilme, Celso Amorim, e o deputado Roberto Brant (PSDB-MG), relator da medida provisória que introduziu mudanças no Imposto de Renda, contribuíram, segundo Arruda, para o avanço da cultura. Brant manteve os incentivos ao financiamento de projetos culturais.

Para o senador Djalma Bessa (PFL-BA), que foi colega de Arnaldo Prieto na Câmara dos Deputados, o reconhecimento da profissão de artista redundou na criação do Ministério da Cultura.

Profissionais da área trocaram postura paternalista por atitude progressista diante de sua clientela, destaca o senador

Alcântara homenageia os assistentes sociais

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prestou homenagem à categoria dos assistentes sociais pelo transcurso da data a eles consagrada, no último dia 15. "A assistência social constitui atividade da maior relevância para o desenvolvimento nacional, tanto assim que a Constituição federal lhe reserva, dentro do seu título 'Da Ordem Social', uma seção própria denominada 'Da Assistência Social'", disse o senador. O dia 15 de maio foi escolhido como Dia do Assistente Social por ter sido nessa data, há 36 anos, que ocorreu a promulgação do Estatuto da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social.

Para o senador, sendo o Brasil um país marcado por dramáticas carências sociais, a



Alcântara: salto qualitativo

questão da assistência social deve merecer particular atenção. Alcântara explicou que, inicialmente, a postura dos profissionais da área podia ser qualificada como conservadora, por adotarem uma perspectiva assistencialista, paternalista. Mas, continuou o senador, com a evolução científica e as transformações vividas pela sociedade bra-

sileira, os assistentes foram conduzidos a um posicionamento progressista, transformador, deixando de encarar a clientela como objeto de caridade e misericórdia.

— Os profissionais da área realizaram um autêntico salto qualitativo, ao perceber a dimensão política de sua prática profissional e a necessidade de buscar uma compreensão global da realidade. Hoje a tendência que se verifica no Terceiro Mundo aponta para o esforço de vinculação do serviço social aos quadros populares, configurando-se a organização popular como a grande estratégia de ação profissional e emprestando-se grande significado à participação social — analisou Alcântara.

Século XX resume anos 80

Cinema em baixa, novela em alta. Essa, a realidade da década de 80 retratada pelo programa "Século XX", que vai ao ar neste fim de semana na Rádio Senado. A crise econômica do período atinge em cheio a produção cinematográfica nacional, como revela o cineasta Cacá Diegues, um dos entrevistados do programa. Ao mesmo tempo, as novelas se impõem e suas músicas dominam o mercado. "Vitoriosa", de Ivan Lins e "Aconchego", interpretada por Elba Ramalho, parte da trilha sonora de "Roque Santeiro", são exemplos desses sucessos musicais.

No campo político e econômico, o programa faz um apanhado histórico do período que vai desde a eleição do presidente Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral até a edição do Plano Cruzado pelo governo José Sarney. O "Século XX" vai ao ar amanhã, às 22h, e é reprisado no domingo, às 17h.

Outro programa produzido pela Rádio Senado é "Autores e Livros", que, desta vez, entrevista o escritor e crítico literário Wilson Martins, autor do livro "História da Inteligência Brasileira". Vai ao ar amanhã, às 10h30 e domingo, às 19h30.

Profissão de artista em debate

A profissão de artista no Brasil faz aniversário neste domingo — há 20 anos foi regulamentada pelo Congresso Nacional, como relembra o ex-ministro do Trabalho do governo Geisel, Arnaldo Prieto, em entrevista à TV Senado.

No programa, que vai ao ar hoje às 7h, 12h15 e 18h45, Prieto narra o processo de criação da lei, que contou com a participação efetiva dos artistas e garantiu seus direitos trabalhistas.

Rádio Senado homenageia Frank Sinatra

O programa de música popular brasileira da Rádio Senado vai homenagear, neste fim de semana, o cantor, compositor e ator de cinema norte-americano Frank Sinatra. A exceção foi justificada pelo senador Artur da Távola, que apresenta o programa: "Sinatra pertence à nossa cultura, já que está presente na emoção dos brasileiros". E ainda: "Sinatra é uma figura do século, não apenas da cultura norte-americana".

Guia de campanhas é lançado no Congresso

O "Primeiro Guia Básico do Candidato", livro de autoria dos jornalistas Carlos Brickmann, Norma Alcântara e Fernando Natividade, foi lançado ontem pela manhã no Senado Federal.

O livro foi lançado após palestra de Brickmann em semi-

nário sobre marketing político. Segundo ele, "o guia descreve, detalhadamente e em linguagem simples e objetiva, cada passo para se conquistar o eleitor". A obra traz também depoimentos de vários especialistas em campanhas, como

Ricardo Kotscho, Alex Pericinato, Geraldo Walter, e em pesquisa, como Márcia Cavalari, André Gomes e Ronaldo Kuntz, além de profissionais de direito e jornalismo. Brickmann autografou seu livro na Sala 2 da Ala Nilo Coelho.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho sobre a comemoração dos 20 anos da regulamentação da profissão de artista
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - "Sete Dias" - entrevista com o senador Esperidião Amin (PPB-SC) e o deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- 12h15 - Entrevista com Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho sobre a comemoração dos 20 anos da regulamentação da profissão de artista
- 13h15 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Esperidião Amin (PPB-SC) e o deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 18h45 - Entrevista com Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho sobre a comemoração dos 20 anos da regulamentação da profissão de artista
- 19h30 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Esperidião Amin (PPB-SC) e o deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - "Fala Cidadão"
- 22h - "Jornal do Senado"
- 0h - "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 15h - Reapresentação da sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h40 - Música e informação até às 7h30

SÁBADO

- 10h30 - "Autores e Livros" - entrevista com o crítico literário Wilson Martins.
- 11h - "A Música Erudita e Seus Mestres" - neste programa o senador Artur da Távola mostra o mestre Rachmaninoff. O destaque fica para a interpretação ao piano do próprio Rachmaninoff em obras suas e de outros compositores.
- 16h - "A Música do Brasil" - o programa faz um tributo ao maior cantor popular do século, Frank Sinatra. Cantando sozinho, como em "Night and Day" e "Dancing in the Dark", ou em parceria, como em "New York, New York", ao lado de Tony Bennett, Sinatra mostra porque era conhecido como "A Voz". Apresentação do senador Artur da Távola.
- 19h - "Resenha da Semana" (plenário)

20h - "Especial do Mês" entrevista o sambista e compositor Paulinho da Viola

21h - Resenha da Semana (comissões)

22h - "Século XX" - a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. A doação de Tancredo e sua morte. Sarney assume a presidência e lança o Plano Cruzado. O Brasil de Telê Santana perde mais uma copa em 1986. Delfim Netto e João Paulo Reis Velloso apontam culpados pela "Década Perdida". Nas artes, a Embráfime começa a definir e o mercado de discos descobre um grande aliado: as novelas da Globo. Ivan Lins canta "Vitoriosa", Elba Ramalho, "Aconchego" e Ângela Rô-Rô, "Simples Carinho". As bandas de rock despontam no cenário nacional. Legião Urbana e o hino juvenil, "Será". Cazuza canta "Um Trem para as Estrelas", tema do filme de Cacá Diegues, que fala para o "Século XX".

DOMINGO

- 11h - "A Música Erudita e Seus Mestres" (reprise)
- 17h - "Século XX" (reprise)
- 19h - "Resenha da Semana" (plenário)
- 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
- 21h - "Resenha da Semana" (plenário)
- 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Plenário vota anistia a sindicatos na quarta

O plenário do Senado deve votar na próxima quarta-feira projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que concede anistia a sindicatos de trabalhadores multados pelo Tribunal Superior do Trabalho em até R\$ 100 mil por dia, durante a greve dos petroleiros de abril e maio de 1995. O projeto recebeu substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), limitando a anistia aos sindicatos de petroleiros.

O autor do projeto, José Eduardo Dutra, sustenta que as multas determinadas pelo TST inviabilizam a manutenção dos sindicatos, que foram punidos por não terem determinado o retorno ao trabalho depois que o Tribunal considerou a greve abusiva. O senador Roberto Requião, relator, defende a anistia, sustentando que a greve dos petroleiros foi resultado da falta de cumprimento de um acordo feito entre a Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), com apoio do então presidente Itamar Franco.



Dutra: multas impagáveis

Já na sessão de terça-feira será iniciada a discussão, em plenário, do substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) que muda as regras da Constituição para a imunidade de deputados e senadores. Pela proposta, o Supremo Tribunal Federal poderá processar o parlamentar caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido de licença no prazo de 120 dias. Também estarão em discussão na terça, já em segundo turno, as emendas constitucionais que criam o serviço civil obrigatório, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e incluem a moradia entre os direitos sociais, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Comissão aprova crédito para Justiça Federal

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que autoriza o Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões, destinado ao atendimento de despesas com manutenção e recuperação de instalações físicas do Tribunal Regional

Federal da 3ª Região e de suas seções judiciárias e varas federais localizadas nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os recursos também cobrirão a implantação de um sistema gerenciador de banco de dados. O projeto depende ainda de deliberação do Congresso Nacional.

João Rocha pedirá arquivamento de projeto

Com o argumento de que a Lei Complementar nº 91/97 já resolveu o problema, o senador João Rocha (PFL-TO) pedirá o arquivamento do projeto de lei complementar do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que fixa os coefi-

cientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto, apresentado em 1997, perdeu sua força com a aprovação da nova lei complementar, em vigor desde o primeiro dia deste ano.

João Rocha, que antecipou

seu parecer, considerou que o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e boa técnica legislativa. No entanto, por tratar de problemas solucionados por lei complementar já promulgada, votará pelo seu arquivamento.

O projeto de José Ignácio determina que sejam mantidos, em 1998, os coeficientes fixados em dezembro de 1996, excetuados os que tenham aumento populacional, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Rocha: problema já resolvido

Desde o início do ano, já foram examinadas pelo plenário 163 matérias, incluindo quatro emendas constitucionais

Senado apreciou 14 matérias nesta semana

O Senado apreciou 14 matérias nesta semana, entre elas o programa de estímulo ao primeiro emprego para jovens de 14 a 18 anos, a inclusão de municípios do Espírito Santo na área da Sude-ne e o restabelecimento da exigência de dedicação integral para percepção da gratificação na área de ciência e tecnologia.

Os senadores aprovaram também, em regime de urgência, autorização de empréstimo no valor de US\$ 198 milhões, junto ao Banco Mundial, para construção de barragens, açudes e outras obras de combate às secas no Nordeste, dentro do Programa de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro (Proágua).

O plenário ainda decidiu criar duas comissões especiais: uma, destinada a estudar as causas do desemprego, de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS); e outra para antecipar a discussão da reforma tributária, requerida pelo senador licenciado, atualmente ministro da Previdência, Waldeck Ornelas.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovado, por unanimidade, substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) alterando as regras sobre a imunidade parlamentar. A CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), autorizando o Ministério Público a aju-

zar ações contra discriminação racial.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acolheu emen-



Simon propôs comissão sobre desemprego

da a projeto da Câmara permitindo o pagamento trimestral da contribuição previdenciária dos trabalhadores autônomos, empresários e empregados do-

mésticos.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou projeto determinando a substituição da frota de veículos oficiais por automóveis movidos a álcool, no prazo de cinco anos. A medida visa incentivar a produção de álcool combustível no país.

Considerando todo o ano de 98, no total 163 matérias foram apreciadas em plenário, inclusive as emendas constitucionais, já aprovadas em primeiro turno, estabelecendo o serviço civil obrigatório, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e a que considera a moradia direito social, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 21 de maio de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	25
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	85
Projetos aprovados e enviados à Câmara.....	14
Escolha de chefes de missões diplomáticas.....	12
Escolha de autoridades.....	5
Emendas constitucionais aprovadas.....	2
Emendas constitucionais aprovadas em 1º turno.....	2
Total de matérias aprovadas.....	145
Propostas enviadas ao Arquivo.....	18
Total de matérias apreciadas.....	163

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 18 a 21 de maio)

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	8
Escolha de autoridades.....	1
Escolha de chefes de missões diplomáticas.....	2
Total de matérias aprovadas.....	13
Propostas enviadas ao arquivo.....	1
Total de matérias apreciadas.....	14